

Sem se negar a si própria

A O. U. A. NÃO PODE TOLERAR COMPROMISSOS COM O COLONIALISMO

-Presidente Samora Machel, na Cimeira de Freetown, ao condenar a invasão por Marrocos do Sahara Ocidental

O Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, pronunciou, na última quarta-feira um importante discurso na Cimeira de Chefes de Estado e Governo da OUA, em Freetown o qual mereceu vivos aplausos dos participantes. Neste discurso, que publicamos na íntegra o Presidente Samora Machel abordou a questão sahariana, transformando-a no ponto principal da Cimeira, que iniciara os seus trabalhos sem ter essa questão inscrita na agenda.

Sua Excelência
Siaka Stevens
Presidente em exercício da OUA
Senhores Chefes de Estado e de Governo
Senhor Secretário-Geral da OUA

Excelências

Permitam-nos em primeiro lugar, dirigir a Vossas Excelências e por vosso intermédio aos vossos povos as saudações calorosas e fraternais do Povo moçambicano e do Governo da República Popular de Moçambique.

Permitam-nos igualmente saudar Sua Excelência o Presidente Siaka Stevens pela sua êxito para dirigir aos trabalhos da nossa organização durante o próximo ano. Através do Presidente Siaka Stevens saudamos o calor, a fraternidade e a solidariedade com que o Povo da Serra Leoa nos acolheu. A alegria que vimos expressa nos habitantes de Freetown, que ao longo das ruas nos saudavam, é o mais vivo testemunho da espontaneidade da recepção que nos foi acordada. O povo deste país recebe a nossa Cimeira com entusiasmo, mas com a profunda consciência de um povo que já aprendeu a viver livre.

Agradecemos os esforços dispendidos pelo Povo da Serra Leoa e pelo seu Governo na organização desta Cimeira. Foram criadas condições para que os nossos trabalhos decorrem com todo o sucesso, respondendo às aspirações e direitos legítimos de todos os povos do nosso continente.

E com grande orgulho, emoção e alegria que saudamos a presença, numa reunião ordinária de

Chefes de Estado e de Governo da OUA, pela primeira vez como Estado soberano e independente, da República do Zimbabwe. A sua presença entre nós significa a vitória da luta armada de libertação nacional do Povo zimbabweano.

Significa o triunfo dos ideais da OUA. Significa o triunfo dos ideais de independência, liberdade e paz de toda a humanidade.

A presença em Serra Leoa da República do Zimbabwe, livre e independente significa o triunfo do princípio da igualdade entre os homens de todas as raças, homens de todos os continentes. A presença desta delegação materializa a função suprema da luta armada de libertação: a luta não libertou uma raça, libertou todos os homens do Zimbabwe.

Oprimidos e opressores de ontem, libertados pela luta armada, emergem juntos como homens livres e iguais, como zimbabweanos.

Acabámos de ouvir o relatório do Secretário-Geral da OUA, que nos deu uma imagem clara dos sucessos e das dificuldades da nossa organização.

Ouvimos com atenção sobre os trabalhos que já iniciámos e que importa completar ou melhorar.

Queremos congratulá-lo pela apresentação do relatório.

Mas aproveitamos esta Cimeira para destacar o interesse que o Sr. Secretário-Geral dedicou à causa da luta de libertação da África Austral. Fazemos votos para que continue a aplicar os mesmos esforços para que as outras partes da África ainda dominadas, ganhem o mais cedo possível a sua liberdade e soberania.

Dos pontos ainda levantados, apenas alguns serão abordados por nós.

Excelências

A nossa tarefa principal, a tarefa principal da nossa Organização continua a ser a libertação total de África das garras do colonialismo.

Neste combate, alcançámos sucessos que fernam próxima a vitória total. As fronteiras da liberdade e da independência abraçam já quase completamente o nosso continente.

Contudo, subsistem ainda algumas regiões da África submetidas à dominação colonial e à opressão racista. Por isso, a nossa luta continua. Temos de redobrar o nosso engajamento na tarefa da libertação total do nosso continente. Temos de nos manter fiéis aos princípios da nossa Organização, aos ideais de liberdade e independência.

Foi a fidelidade aos nossos ideais, a coerência com os nossos princípios, que nos levou aos grandes sucessos e vitórias registadas na década que terminou.

Assim, a grande família da OUA acolheu no seu seio, durante a década de 70, como Estados independentes e soberanos, a Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Djibouti, Comores e Seychelles.

Parabéns Africal

Hoje acolhemos o Zimbabwe.

No momento em que travamos os últimos combates pela total libertação de África, devemos reflectir sobre a experiência que ganhámos até aqui, sobre as razões que nos levaram sempre à vitória.

Nós soubémos preservar a nossa unidade, unidade assente nos princípios da nossa Organização. Soubémos fazer dela instrumento da libertação dos nossos povos.

Soubémos definir correctamente a tarefa principal: a libertação de África.

Soubémos consentir sacrifícios.

Soubémos definir correctamente o inimigo principal, em cada fase da luta.

Apesar das divergências que por vezes surgiram no nosso seio, apesar de entre nós terem surgido hesitações e compromissos soubémos manter-nos fiéis aos nossos princípios e continuar a nossa luta.

Senhor Presidente,

No dia 18 de Abril deste ano, a África celebrou a data histórica da independência do Zimbabwe, um dos momentos mais altos da vida do nosso continente. Independência duramente conquistada pelo Povo zimbabweano, dirigido pela Frente Patriótica. Independência conquistada pela luta armada popular. Independência conquistada pela luta contra

o regime ilegal e racista e contra os traidores servis, os lacaios do imperialismo que subscreveram o chamado Acordo Interno. Independência que foi também fruto da solidariedade internacional e do apoio militante à luta do Povo zimbabweano.

Com a independência, Smith foi lançado no caixote de lixo da História. Muzorewa, que durante um ano carregou a pasta de Smith, é hoje um criado desempregado. A sua sentença foi ditada pelo Povo do Zimbabwe.

Queremos aqui saudar o Povo zimbabweano, cuja maturidade política e correcto conhecimento do inimigo permitiram separar o trigo do joio. Esta maturidade constituiu surpresa apenas para aqueles que nunca acreditaram no povo.

Ao nível da nossa Organização, devemos analisar a nossa contribuição para a vitória do Zimbabwe com a maior honestidade. Fomos capazes de distinguir o verdadeiro movimento de libertação, aquele que efectivamente conduziu a luta armada, dos movimentos fantoches e dos traidores.

Fomos capazes de defender e apoiar a unidade das forças combatentes zimbabweanas.

Fomos capazes de, em momentos decisivos, fazer ouvir a voz da África unida para rejeitar manobras e compromissos.

Pudémos assim cumprir a tarefa libertadora da nossa Organização.

Não devemos porém esconder as dificuldades que enfrentámos.

Na Cimeira de Monróvia, quando era imperioso a OUA rejeitar categoricamente o acordo interno e o governo fantoche de Salisbúria, apareceram aqui vozes a defender Muzorewa e a sua aliança com Ian Smith. Essas vozes foram isoladas, neutralizadas e eliminadas. A teoria das chamadas outras partes envolvidas, foi rejeitada. A OUA soube, então, identificar o único e legítimo representante do Povo do Zimbabwe. Os meses que se seguiram a Monróvia comprovaram a justeza da análise e da tomada de posição da nossa Organização. Nós dizíamos então que a Frente Patriótica era indubitavelmente o instrumento da OUA no Zimbabwe. A História já o demonstrou. A nossa Organização soube, mais uma vez, apoiar a luta justa de um povo pela sua liberdade e independência, contra o colonialismo.

Senhor Presidente,

Excelências.

Nascida da luta dos nossos Povos contra o colonialismo, a OUA não pode tolerar qualquer compro-

misso com o colonialismo sem que se negue a si própria, sem recusar a sua essência mais profunda. Não nos é permitido, em nenhuma circunstância, condescender com uma situação colonial.

O colonialismo é profundamente odiado pelos nossos povos. Nada pode ser mais contrário à personalidade africana, à personalidade de todos e de cada um dos nossos Povos do que o desejo de colonizar.

Mas, ao contrário do que sempre aconteceu quando se tratava de um colonialista exterior ao nosso continente, parece que temos receio e vergonha de apontar quando o colonialista é africano. Como ele está no nosso seio, consideramo-lo como nosso irmão. E é sempre difícil e doloroso pôr em causa um nosso irmão. Contudo, quando o nosso irmão está doente, devemos ajudá-lo. Queremo-nos referir concretamente a Marrocos.

Marrocos que travou uma luta heróica e gloriosa contra o colonialismo francês.

Marrocos que soube, desde a primeira hora, acolher e apoiar os nacionalistas de todas as colónias, em particular os das colónias portuguesas.

Marrocos que apoiou os nossos povos durante a luta de libertação nacional.

Marrocos, o berço da Carta de Casablanca e um dos países fundadores da OUA.

São estas honrosas tradições que fizeram de Marrocos nosso irmão.

Mas, a que assistimos hoje?

A invasão e ocupação do Sahara Ocidental por Marrocos é uma situação caracterizadamente colonial que contraria frontalmente a Carta da OUA.

Vemos um colonizado que se libertou, procurar subjugar e colonizar outro povo, não hesitando para tal em recorrer a uma guerra de agressão.

Estamos perante uma aberração.

O Sahara foi uma colónia espanhola. O seu povo, o povo sahariano, dirigido pela frente POLISARIO, provocou, através da sua luta, o colapso do colonialismo espanhol.

Porém, em menosprezo do princípio de autodeterminação e de independência dos povos, das resoluções pertinentes das Nações Unidas e da OUA, Marrocos, e o Governo mauritano de então, através de um novo pacto de partilha tipicamente colonial, assumiram o papel da anterior potência colonizadora.

O Povo sahariano prosseguiu a sua heróica luta e vibrou poderosos golpes aos novos colonialistas levando à proclamação da independência do Sahara Ocidental e a sua constituição em República Árabe Sahariana Democrática, já reconhecida por nume-

rosos países.

Entretanto, a Mauritânia tomou a honrosa decisão, que todos saudamos, de renunciar ao colonialismo. Foi uma decisão que testemunha grande coragem e profundo sentido de dignidade por parte do Povo e Governo mauritanos. Foi uma decisão da qual toda a África se orgulha. Ao reconhecer o direito do Povo sahariano à autodeterminação e à independência, a Mauritânia abandonou a parte do território que ocupava e que lhe tinha sido atribuída no quadro do chamado Acordo Tripartido de Madrid.

Constatámos então a verdadeira natureza da célebre tese dos direitos históricos de soberania de Marrocos sobre o Sahara Ocidental.

Marrocos defendia internacionalmente que uma parte do Sahara Ocidental, definida no Acordo Tripartido de Madrid, pertencia, por direito histórico, à Mauritânia. Este país, em conformidade com essa teoria teria sobre esse território plena soberania.

No exercício dessa soberania, a Mauritânia decide retirar-se do território e desiste de quaisquer reivindicações territoriais.

Com o mais absoluto desprezo pela própria palavra e pela dignidade nacional, com o total desrespeito pela Mauritânia e pela Comunidade Internacional, violando inclusivamente o próprio Acordo Tripartido, Marrocos invade e ocupa o território.

Que direitos históricos são estes, que se alargam e encolhem consoante as circunstâncias? Como considerá-los seriamente?

Na verdade, os direitos invocados por Marrocos não passam de mais um dos títulos de que o colonialismo sempre se serviu para justificar as ocupações coloniais. A sua argumentação cinica e oportunista é um insulto à inteligência e seriedade dos Chefes de Estado e de Governo aqui presentes, e uma afronta aos povos que aqui representamos.

A obstinação expansionista de Marrocos constitui um desafio intolerável à nossa Organização. Tanto mais intolerável quanto agora, perante a admissão no nosso seio da República Árabe Sahariana Democrática, Marrocos ameaça sair da OUA.

Quer ir para onde?

Mas sejamos claros quanto a esta ameaça. Quem cometeu flagrante e grave violação da Carta da OUA? Foi Marrocos.

Quem cometeu crime de colonialismo contra o Povo sahariano, contra África? Foi Marrocos.

Quem desrespeitou as resoluções pertinentes da OUA e das próprias Nações Unidas? Foi Marrocos.

É disto que Marrocos é acusado.

A ameaça de Marrocos de se retirar da nossa Organização não passa de mais uma manifestação

inadmissível de arrogância e desprezo pela OUA.

Quando um Chefe de Estado viola a Carta, é à OUA que compete julgar e tomar as medidas que se impõem. Marrocos não deve confundir a condescendência da OUA com fraqueza da OUA.

É penoso constatar que, desde 1976, desde a Cimeira de Port Louis, a nossa Organização não tem conseguido condenar firmemente o colonialismo e o expansionismo marroquinos.

Qual é a nossa dificuldade em tomar uma posição justa neste caso?

Como admitir que a OUA, após 18 anos de combate consequente contra o colonialismo, não saiba definir e identificar uma situação colonial? É porque desta vez se trata de um país africano?

O colonialismo não tem cor. O colonialismo não tem raça. O colonialismo não tem povo. Um parasita é um parasita: vive de sangue. O colonialismo é um crime contra a humanidade. O colonialismo é um crime contra a vida. O colonialismo é um cancro que vive de sangue e de vidas. São seres humanos que estão a ser massacrados no Sahara Ocidental. Nós conhecemos a guerra.

A quem vive de sangue, de sangue de crianças, de homens, de mulheres, de velhos. Temos um membro da nossa Organização que pratica genocídio.

Se condescendermos com o colonialismo porque o colonizador é um país africano, não nos poderemos surpreender e indignar quando aqui alguém aparece propondo a admissão da África do Sul racista que ocupa e coloniza a Namíbia.

Excelências,

Permitam-nos recordar, perante esta augusta Assembleia, que celebramos em 1980 o vigésimo ano da Resolução 1514 (XV) sobre o direito dos Povos à autodeterminação e à independência. Esta resolução foi um marco histórico e uma arma potente no arsenal da nossa tradição de luta pela conquista da liberdade e da dignidade.

Este ano terminamos a segunda década desta última fase da libertação do nosso continente. E quando, no horizonte, vemos já o fim da longa caminhada percorrida para a erradicação total e definitiva do colonialismo, constatamos que a doença contagiou um de nós.

A nossa tradição gloriosa de luta anticolonial, o amor pela História da libertação dos nossos Povos, o respeito que de nós exige o sangue derramado por milhões de africanos na luta secular contra o colonialismo, a coerência para com os princípios da Carta da OUA, impõem que sejamos absolutamente intransigentes para com um Estado africano que

persiste em assumir o papel de potência colonial. Se não podemos tolerar o colonialismo praticado por países exteriores ao continente africano, não podemos igualmente aceitar que um país africano se transforme em colonialista.

O passado recente da história da libertação de África ensina-nos a tomar decisões correctas em momentos históricos decisivos, decisões justas e corajosas que dignificam os países africanos e honram a nossa Organização. Ensina-nos que a nossa unidade deve assentar em princípios sólidos, firmemente definidos, para que seja uma unidade real e não uma unidade aparente. Não pode haver unidade entre nós e o colonialismo. Não pode haver unidade entre nós e o expansionismo.

O nosso dever é acolher a República Árabe Saharaiana Democrática na nossa Organização, entregarlhe aqui o lugar que, por direito, é seu.

Nós apelamos mais uma vez a Marrocos, a Marrocos herdeiro de gloriosas tradições anticolonialistas, para que aja em conformidade com os princípios da Carta da OUA e das Nações Unidas e reconheça a Independência do Povo do Sahara.

Marrocos, a África inteira, sairão engrandecidos. Juntos poderemos enfrentar as grandes batalhas que a libertação económica do nosso continente e o bem-estar dos nossos Povos nos impõem.

Senhor Presidente,
Excelências,

Na África Austral, após a grandiosa vitória do Povo do Zimbabwe, a confrontação como o colonialismo e o racismo centra-se na Namíbia e na África do Sul. É uma confrontação que opõe a África directamente ao regime de Pretória agente da dominação colonial na Namíbia e da opressão racista na África do Sul.

A luta do Povo namíbio, dirigido pelo seu único e legítimo representante, a SWAPO, avançou decisivamente no caminho da libertação total do país. As manobras desenvolvidas pelo regime de Pretória são as mesmas que constatámos em relação ao Zimbabwe. Procuram criar forças políticas fantoches que se apresentem como concorrentes e alternativas da SWAPO, para prosseguir o colonialismo.

Estas manobras, tal como no Zimbabwe, fracassarão.

Pretória só tem um caminho para a solução do problema da Namíbia: a sua participação, como potência colonial, numa Conferência com a SWAPO, único e legítimo representante do Povo da Namíbia. Esta Conferência, sob a égide das Nações Unidas, deve ter por objectivo exclusivo a implementação

da Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança.

A OUA tem o dever de reforçar o seu apoio à justa luta do Povo da Namíbia sob a direcção da SWAPO, até à vitória final. A República Popular de Moçambique mantém-se firme e resoluta no apoio solidário e militante à luta de libertação, e na denúncia de todas as manobras que visem dividir o Povo da Namíbia e desmembrar o seu território.

As agressões sistemáticas contra a República Popular de Angola e a República da Zâmbia fazem parte da estratégia de Pretória de generalizar a confrontação que a opõe às forças libertadoras, transferindo-a para o exterior.

Mas o desenvolvimento da luta armada do Povo namibio é imparável, cresce dia a dia e demonstra o fracasso da estratégia de Pretória. Não é transferindo o conflito para o exterior que se encontrará solução para os problemas.

A inadmissível ocupação do território angolano, presentemente em curso, o massacre do seu povo, são parte desta desesperada tentativa dos racistas para internacionalizar o conflito.

Esta Assembleia deve tomar medidas concretas de apoio à República Popular de Angola. Toda a África se deve unir para apoiar, sem reservas, todas as decisões da República Popular de Angola para a salvaguarda da sua independência, soberania e integridade territorial.

Devemos fazer desta Cimeira da OUA, em Freetown, a Cimeira da libertação da Namíbia.

Devemos fazer do ano de 1980 o ano decisivo para a independência da Namíbia.

Senhor Presidente,

Na África do Sul, a confrontação do Povo com o regime do apartheid atinge níveis de luta cada vez mais intensos.

A luta do Povo sul-africano exige a tomada de consciência e o engajamento da humanidade inteira.

O apartheid não é apenas um regime de discriminação racial. O apartheid é a forma que assumiu a preservação das estruturas coloniais, a ideologia que garante a essência colonial do poder.

É este poder que submete e oprime a nação sul-africana.

Trata-se mais uma vez de uma questão de libertação nacional.

A revolta popular está em movimento na África do Sul. Ela estende-se a todo o país e assume as mais diversas formas. Paralelamente, à acção armada, assistimos ao levantamento da população dos guettos, ao desencadeamento de greves de dezenas de milhares de trabalhadores e de estudantes. A revolta popular

começa a abalar as estruturas do apartheid, a atingir o coração do regime de Pretória.

Contra as barreiras raciais, impostas pelo apartheid, contra a bantustanização, pretos, mestiços, indianos, brancos, homens e mulheres, jovens e crianças de todas as cores e raças erguem, pela primeira vez, a bandeira da unidade e da cidadania única do Povo sul-africano.

Na verdade, quando as crianças deixam de ser pretas, brancas, mestiças, indianas, para serem simplesmente crianças, quando essas crianças começam a ser indistintamente alvos das balas do regime do apartheid, o apartheid tem os seus dias contados.

Mas, falar do regime de Pretória, falar do apartheid, falar da sua sangüinária máquina de repressão, significa falar da criminosa cumplicidade do Ocidente.

Os «Mirages» da força aérea racista que bombardeiam a Namíbia, Angola e a Zâmbia, não são aviões sul-africanos. A tecnologia nuclear que o apartheid possui não é sul-africana. O petróleo que alimenta a economia do apartheid, não é sul-africano. Os grandes investimentos que mantêm e desenvolvem o apartheid não são sul-africanos.

Esta é a monstruosa hipocrisia daqueles que, condenando formalmente o apartheid, o mantêm e reforçam e dele retiram lucros fabulosos. É a mesma hipocrisia com que deparamos no Ocidente quando se tratou da aplicação das sanções contra a colónia britânica da Rodésia do Sul. Desta hipocrisia tirámos as devidas lições.

O recrudescimento da repressão racista, a cumplicidade do Ocidente na sobrevivência do apartheid, não conseguirão travar a luta de libertação do Povo sul-africano.

A vontade de um povo não pode ser assassinada nem aprisionada. A brutalidade repressiva do apartheid não faz mais do que atear o fogo da revolta, tornar mais firme e resoluta o Povo sul-africano na luta pela sua libertação.

A OUA deve intensificar e tornar mais efectivo o apoio resoluta à justa luta do Povo sul-africano, dirigido pelo ANC, contra a opressão racista e o apartheid, pela liberdade, pelo direito do Povo sul-africano a construir uma sociedade justa e sem discriminação.

Senhor Presidente,
Excelências,

O acesso à independência dum povo que se liberta do sistema colonial é o último acto duma longa luta e o primeiro duma nova e árdua batalha, a batalha económica.

No início de uma nova década, estamos a

completar a tarefa da libertação política do nosso continente. Devemos desencadear com o mesmo vigor a grandiosa batalha pela libertação económica do nosso continente.

A independência, a soberania e a liberdade dos nossos Povos ficarão vazias de conteúdo se não quebrarmos o controlo externo dos nossos recursos naturais, as imposições financeiras das instituições internacionais e a situação de dependência económica herdada.

A Ordem Económica Internacional existente, é contra os interesses básicos dos países em desenvolvimento, é profundamente injusta e incompatível com a libertação económica dos Países africanos.

A luta pela reestruturação das actuais Relações Económicas Internacionais é parte integrante da luta dos povos pela libertação política, económica e social.

Os nossos países e os restantes países em desenvolvimento devem adoptar uma posição unificada e comum sobre as questões relativas a matérias-primas, energia, transportes e comunicações, comércio, desenvolvimento, moeda e finanças, que serão tratadas nas negociações globais previstas para 1981.

No sul do nosso continente, a libertação do Zimbabwe veio criar condições favoráveis para a luta pela libertação económica, veio abrir perspectivas para novas acções.

Os nossos países envidam esforços para o desenvolvimento integrado das suas economias, desenvolvimento que passa pela racional utilização das infra-estruturas económicas existentes.

Estas acções enquadram-se na perspectiva de uma cooperação económica e global no nosso continente. Neste quadro, devemos incentivar a cooperação bilateral, organizar a cooperação a nível regional, avançar para a cooperação inter-regional, construindo assim as condições para o estabelecimento da cooperação a nível continental.

O plano da acção adoptado na Cimeira de Lagos sobre a estratégia do Desenvolvimento Económico do Continente Africano, constitui um passo para a materialização destes objectivos.

Ao falarmos da Nova Ordem Económica Internacional e de cooperação, queremos deixar bem claras as nossas posições sobre algumas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, a luta pelo estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional começa em cada um dos nossos países. É a cada um de nós que cabe organizar os factores do desenvolvimento, assegurar o controlo dos recursos naturais, garantir a eficácia da nossa economia.

É a cada um de nós que cabe destruir as estruturas coloniais concebidas para servir interesses

estrangeiros às nossas pátrias, para criar novas estruturas ao serviço dos nossos Povos.

Os nossos países são possuidores duma grande força de trabalho, de matérias-primas, de imensos recursos naturais no solo, no subsolo, nos mares e fundos marinhos.

Devemos erradicar definitivamente a mentalidade que nos foi inculcada pelo imperialismo de que, é próprio do africano ser pobre, ser incapaz, ser ineficiente, de que o africano tem de ser dependente.

Esta concepção paternalista e racista constitui a força ideológica do neocolonialismo e do imperialismo, o seu destacamento avançado que prepara os nossos Povos para aceitarem com fatalismo e resignação a sua condição de subdesenvolvidos, de explorados, de indigentes.

Através do que muita vez se tem chamado ajuda, os nossos países são mantidos numa situação de dependência crónica. A esmola humilha e submete o mendigo.

Se as nossas economias hoje se apresentam como concorrenciais e não como complementares, é precisamente porque continuam ligadas por um cordão umbilical às antigas metrópoles coloniais, mantendo-se fundamentalmente o tipo de relações económicas anterior à Independência.

A concorrência, em termos estratégicos, das nossas economias nacionais, que constitui um dos maiores obstáculos à cooperação entre nós, reflecte na realidade, a concorrência entre os interesses económicos de que estamos dependentes e a acção constante do imperialismo para promover a nossa divisão.

O imperialismo não nos ofereceu a independência política. Não nos oferecerá a independência económica e o desenvolvimento.

Em definitivo, nós entendemos que as relações entre todos os países devem basear-se numa cooperação mutuamente vantajosa. Só a clareza da vantagem mútua restituem a dignidade e, com ela, a força invencível dos povos na luta pela sua felicidade e bem-estar.

Estes são alguns dos aspectos que deve necessariamente assumir o conceito da Nova Ordem Económica Internacional.

Senhor Presidente,
Excelências,

As vitórias alcançadas no passado pelos nossos povos na luta contra o colonialismo, dão-nos a garantia de que a nossa Organização saberá assumir até ao seu termo a tarefa de libertação total do continente africano.

Estamos seguros de que a unidade que forjámos e a experiência que acumulámos na luta de libertação nos permitirão levar a cabo, vitoriosamente a luta pela independência económica, pelo desenvolvimento e pela conquista da Nova Ordem Económica Internacional.

O que nós queremos, Senhor Presidente, Excelências, é simplesmente que a independência ganhe um conteúdo concreto para os nossos Povos.

Os nossos países são ricos. Queremos que os nossos Povos possam beneficiar das riquezas que possuem.

Queremos comida, para os nossos Povos.

Queremos vestir, calçar, os nossos Povos.

Queremos proporcionar alojamento condigno.

Queremos escolas, hospitais e maternidades.

Tudo isto nós poderemos produzir, com a nossa inteligência, com as nossas mãos e com uma correcta e justa cooperação.

Queremos construir a felicidade e o bem-estar dos povos.

Esta Cimeira, sob a sábia direcção de Sua Excelência o Presidente Siaka Stevens, constituirá uma grande contribuição para atingirmos estes objectivos.

Obrigado, Senhor Presidente.

A Luta Continua.

(De: "Notícias", Maputo, 1980-07-06)